

C.PRES – 412/25

Rio de Janeiro, (RJ)
9 de outubro de 2025

Ao Senhor Senador
Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: *Manifestação sobre os vetos presidenciais impostos à Lei nº 15.190/25*

Prezado Presidente,

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan vem respeitosamente solicitar a derrubada ampla de todos os 63 vetos presidenciais impostos à Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025, que estabelece a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional com ampla maioria.

Após mais de 20 anos de debate no Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto pela primeira vez em 13 de maio de 2021, com 300 votos favoráveis e 122 contrários. Na votação de retorno em 17 de julho de 2025, o texto recebeu 267 votos a favor e 116 contrários. No Senado Federal, a matéria foi aprovada em 21 de maio de 2025 por 54 votos a 13, após amplo debate e ajustes no texto, em franco diálogo público com a participação do governo federal.

Os números demonstram que o texto integral da Lei nº 15.190/25 não foi construído à revelia do debate democrático. Muito pelo contrário: trata-se do resultado de mais de duas décadas de discussão técnica, audiências públicas, contribuições de órgãos ambientais, entidades da sociedade civil e representantes de diversos setores. É um texto maduro, tecnicamente consistente e sintonizado com os desafios do desenvolvimento sustentável no século XXI.

O setor produtivo brasileiro tem investido consistentemente em boas práticas, inovação tecnológica, processos de baixo carbono, recuperação de áreas degradadas, geração de energia limpa e rastreabilidade ambiental em suas cadeias de produção. Defendemos um modelo de desenvolvimento que respeite o meio ambiente, promova inclusão social e mantenha o Brasil como referência internacional em sustentabilidade e segurança alimentar.

O projeto original aprovado pelo Congresso Nacional corrige essas distorções ao propor um marco legal unificado e nacional, capaz de consolidar as diversas normas hoje dispersas e oferecer uma base clara, técnica e segura para os entes federativos. O texto valoriza a autonomia dos órgãos licenciadores, respeita o pacto federativo e organiza o processo decisório, evitando conflitos de competência entre União, estados e municípios.

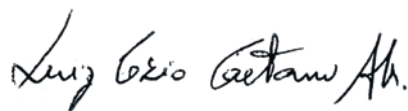
Entendemos que o texto da Lei nº 15.190/25 também inova ao prever a adequação dos tipos de licença à natureza e ao impacto da atividade, garantindo proporcionalidade e racionalidade ao processo. A versão aprovada pelo Congresso Nacional moderniza a legislação ao determinar que as condicionantes ambientais sejam diretamente vinculadas aos impactos identificados nos estudos técnicos, evitando exigências dissociadas dos impactos efetivos dos empreendimentos.

A proposta também traz avanços importantes ao transferir a cada ente federado a responsabilidade por estabelecer critérios e procedimentos de licenciamento — como porte, potencial poluidor, tipologias sujeitas a licenciamento, modalidades específicas de licenças e atividades passíveis do licenciamento ambiental comunicado.

Por isso, reforçamos nosso pedido pela derrubada de todos os vetos impostos à Lei nº 15.190/25, como sinal de compromisso com a modernização do Estado, o fortalecimento da proteção ambiental, o desenvolvimento social e econômico do país e o respeito à soberania do Congresso Nacional.

Colocamo-nos à disposição para dialogar e esclarecer quaisquer pontos adicionais, com base no espírito democrático e no interesse público que devem nortear as decisões de Estado.

Atenciosamente,



Luiz Césio de Souza Caetano Alves
Presidente da FIRJAN/CIRJ